

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SÚMULA DE PARECERES

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 3, 4, 5 E 6 DO MÊS DE NOVEMBRO/2025 ¹
(Complementar à Publicada no DOU de 24/12/2025, Seção 1, pp. 812 e 813)

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 202415759. **Parecer:** CNE/CES 638/2025. **Relatora:** Elizabeth Regina Nunes Guedes. **Interessada:** Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda. – Ribeirão Preto/SP. **Assunto:** Credenciamento da Faculdade Estácio de Campinas, a ser instalada no município de Campinas, no estado de São Paulo. **Voto da Relatora:** Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio de Campinas, a ser instalada na Rua 24 de Maio, nº 731, bairro Vila Industrial, no município de Campinas, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de quatro anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado; Enfermagem, bacharelado; e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000571/2025-04. **Parecer:** CNE/CES 656/2025. **Relatora:** Maria Paula Dallari Bucci. **Interessada:** Vera Lúcia da Silva de Paiva – Brasília/DF. **Assunto:** Convalidação de estudos realizados no curso superior de Pedagogia, licenciatura, ministrado pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – Uniplan, com sede em Brasília, no Distrito Federal. **Voto da Relatora:** Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Vera Lúcia da Silva de Paiva, no curso superior de Pedagogia, licenciatura, nos períodos de 2017.1; 2017.2; 2018.1; 2018.2; 2019.1; 2019.2; e 2020.1, ministrado pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – Uniplan, com sede em Brasília, no Distrito Federal. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000060/2025-84. **Parecer:** CNE/CES 660/2025. **Relatora:** Monica Sapucaia Machado. **Interessada:** Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia São Fidélis Ltda. – Joinville/SC. **Assunto:** Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 745, de 20 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 23 de dezembro de 2024, autorizou o funcionamento do curso superior de Medicina, pleiteado pela Faculdade Censupreg, com sede no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, contudo, determinou a redução de cento e sessenta para sessenta vagas totais anuais. **Voto da Relatora:** Nos termos do art. 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, expressa na Portaria nº 745, de 20 de dezembro de 2024, que autorizou o funcionamento do curso superior de Medicina, a ser ofertado pela Faculdade Censupreg, com sede na Rua do Príncipe, nº 796, Centro, no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, com sessenta vagas totais anuais. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201927379. **Parecer:** CNE/CES 661/2025. **Relator:** Paulo Fossatti. **Interessado:** Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa. – Rio de Janeiro/RJ. **Assunto:** Recurso

¹ Publicada no DOU de 19/1/2026, Seção 1, p. 16.

contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 737, de 13 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 14 de outubro de 2025, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, na modalidade a distância, pleiteado pelo Centro Universitário Celso Lisboa – UCL, com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. **Voto do Relator:** Nos termos do art. 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, expressa na Portaria nº 737, de 13 de outubro de 2025, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, na modalidade a distância, que seria ministrado pelo Centro Universitário Celso Lisboa – UCL, com sede na Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 797, bairro Sampaio, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.035857/2024-21. **Parecer:** CNE/CES 664/2025. **Relator:** Henrique Sartori de Almeida Prado. **Interessada:** Unidade Educacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo Unives Ltda. – Vitória/ES. **Assunto:** Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 244, de 11 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 14 de abril de 2025, aplicou a penalidade de descredenciamento em face da Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo – UNIVES, com sede no município de Vitória, no estado do Espírito Santo. **Voto do Relator:** Nos termos do art. 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, expressa na Portaria nº 244, de 11 de abril de 2025, que aplicou a penalidade de descredenciamento em face da Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo – UNIVES, com sede na Avenida Saturnino Rangel Mauro, nº 420, bairro Jardim da Penha, no município de Vitória, no estado do Espírito Santo. Voto, também, no sentido de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES do Ministério da Educação – MEC defina, junto à entidade mantenedora, a responsabilidade sobre guarda e gestão do acervo acadêmico da IES, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202415873. **Parecer:** CNE/CES 665/2025. **Relatora:** Elizabeth Regina Nunes Guedes. **Interessada:** Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – Rio de Janeiro/RJ. **Assunto:** Credenciamento da Faculdade Estácio de Guarulhos, a ser instalada no município de Guarulhos, no estado de São Paulo. **Voto da Relatora:** Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio de Guarulhos, a ser instalada na Rua João Romano, nº 313, bairro Vila Flórida, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de cinco anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Enfermagem, bacharelado; e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202416956. **Parecer:** CNE/CES 666/2025. **Relatora:** Elizabeth Regina Nunes Guedes. **Interessada:** Kora Ensino Ltda. – Cariacica/ES. **Assunto:** Credenciamento da Faculdade Ciências da Saúde Kora Fortaleza – FCSKF, a ser instalada no município de Fortaleza, no estado do Ceará. **Voto da Relatora:** Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências da Saúde Kora Fortaleza – FCSKF, a ser instalada na Rua Professor Francisco Gonçalves, nº 225, bairro Dionísio Torres, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de quatro anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC

nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Gestão Hospitalar, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 202216495. **Parecer:** CNE/CES 673/2025. **Relator:** Otavio Luiz Rodrigues Jr. **Interessada:** OPET Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda. – Curitiba/PR. **Assunto:** Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES que, por meio da Portaria nº 571, de 17 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 18 de outubro de 2024, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Medicina, pleiteado pelo Centro Universitário Opet – UNIOPET, com sede no Município de Curitiba, no Estado do Paraná. **Voto do Relator:** Nos termos do art. 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, por meio da Portaria nº 571, de 17 de outubro de 2024, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Medicina, que seria ministrado pelo Centro Universitário Opet – UNIOPET, com sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 902, bairro Rebouças, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná. **Decisão da Câmara:** APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Em face do disposto no Art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, os pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE somente produzirão efeitos após a publicação do respectivo ato homologatório exarado pelo Ministro de Estado da Educação. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne>).

PUBLIQUE-SE
Brasília, 15 de janeiro de 2026.

CHRISTY GANZERT PATO
Secretário-Executivo